



OUVIDOR



Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

TARDE

EDITAL Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDIBA (PE)

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

- ✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
- ✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

- ✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

- ✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
- ✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
- ✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

- ✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

- ✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
- ✓ Não se comunique com outros candidatos.
- ✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
- ✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

- ✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
- ✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
- ✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.



1946753214860

INSTITUTO
igeduc 10 ANOS
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE



LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Considere o seguinte período, extraído de um relatório de avaliação institucional:

"Os pesquisadores que participaram da primeira etapa receberam os resultados preliminares."

Durante a revisão, sugeriu-se inserir vírgulas antes e depois da oração "que participaram da primeira etapa", sem modificar as demais palavras. O revisor observou que essa alteração produziria uma diferença relevante na interpretação do grupo mencionado.

Considerando os efeitos sintáticos e semânticos da pontuação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A inserção das vírgulas atribui valor explicativo à oração, apresentando a participação na primeira etapa como característica do conjunto de pesquisadores referido.
- (B) A inclusão dos sinais reforça o caráter restritivo da oração, delimitando os pesquisadores que receberam os resultados entre os participantes da primeira etapa.
- (C) O emprego das vírgulas confere valor condicional ao segmento, vinculando a entrega dos resultados ao cumprimento prévio da etapa mencionada no relatório.
- (D) O isolamento da estrutura estabelece circunstância causal, indicando que o recebimento dos resultados ocorreu em consequência direta da participação anterior.
- (E) A nova pontuação transforma a oração em construção coordenada, acrescentando informação independente sobre a atuação dos pesquisadores envolvidos na avaliação.

Questão 02

Um professor de Língua Portuguesa selecionou vocábulos para avaliar o domínio das regras de acentuação gráfica introduzidas e preservadas pelo Acordo Ortográfico. O exercício envolvia palavras com hiatos, ditongos abertos, formas verbais de terceira pessoa do plural e acentos diferenciais, exigindo a identificação das grafias efetivamente admitidas pela norma-padrão.

Considerando as regras ortográficas vigentes, assinale a alternativa em que todas as palavras estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- (A) Baú, heroico, creem, têm e pôde.
- (B) Baú, heroico, creem, tem e pôde.
- (C) Baú, heroico, creem, têm e pode.
- (D) Baú, heróico, creem, têm e pôde.
- (E) Baú, heroico, crêem, têm e pôde.

Questão 03

Durante a revisão de um relatório administrativo, um servidor identificou construções envolvendo o pronome apassivador "se", o índice de indeterminação do sujeito e expressões nominais com diferentes funções sintáticas. A análise exigia distinguir as estruturas em que o verbo concorda com o sujeito paciente daquelas em que permanece na terceira pessoa do singular.

Considerando as regras de concordância verbal da norma-padrão, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Necessitam-se de técnicos qualificados, embora se encontrem disponíveis os documentos exigidos para a continuidade do procedimento administrativo.
- (B) Necessita-se de profissionais especializados, mas ainda se encontram disponíveis os recursos financeiros destinados à execução do projeto.
- (C) Precisa-se de servidores experientes, entretanto não se identificou irregularidades relevantes durante a análise dos processos encaminhados pela comissão.
- (D) Trata-se de procedimentos complexos, embora já se tenha apresentado os relatórios preliminares relativos às atividades desenvolvidas pelo setor.
- (E) Depende-se de informações complementares, mas ainda se aguarda os pareceres técnicos necessários à conclusão da avaliação institucional.

Questão 04

Durante uma atividade de análise morfológica, um professor apresentou palavras formadas por derivação regressiva, processo no qual determinados substantivos são constituídos a partir de bases verbais, frequentemente com redução ou alteração de sua terminação. O objetivo era distinguir esse mecanismo de outros processos, como derivação sufixal, prefixal e parassintética.

Considerando os processos de formação de palavras na língua portuguesa, assinale a alternativa em que todos os substantivos apresentados são exemplos de derivação regressiva.

- (A) Combate, pescador, ataque, corte e grito.
- (B) Combate, pesca, atacante, corte e grito.
- (C) Combatente, pesca, ataque, corte e grito.
- (D) Combate, pesca, ataque, corte e grito.
- (E) Combate, pesca, ataque, cortesia e grito.

Questão 05

Em uma manifestação administrativa, foi necessário empregar expressões relacionadas a pronomes demonstrativos, locuções prepositivas e indicações de distância. Durante a revisão, o responsável observou que a presença do acento grave dependia tanto da regência dos termos antecedentes quanto das características gramaticais das expressões utilizadas.

Considerando as regras de emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A decisão foi semelhante à que se adotara anteriormente, e os servidores permaneceram à espera de orientações referentes àquela matéria.
- (B) A conclusão mostrou-se contrária à que fora registrada inicialmente, e os técnicos permaneceram a espera de informações relacionadas àquela proposta.
- (C) A orientação foi favorável à que se formulara anteriormente, e os integrantes permaneceram à espera de providências referentes aquela solicitação.
- (D) A recomendação foi semelhante à que se aprovara anteriormente, e os avaliadores permaneceram à espera de respostas relacionadas aquela demanda.
- (E) A manifestação foi equivalente a que se apresentara anteriormente, e os responsáveis permaneceram à espera de esclarecimentos relativos àquela questão.

Questão 06

Durante a análise de um texto literário, um professor destacou que a posição dos adjetivos em relação aos substantivos pode modificar significativamente o sentido das expressões. Como exemplo, apresentou os sintagmas "um velho amigo" e "um amigo velho", demonstrando que a alteração da posição do modificador pode produzir diferenças interpretativas mesmo sem modificar sua classe gramatical.

Considerando os efeitos semânticos da anteposição e da posposição dos adjetivos na língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O emprego antecipado de "velho" estabelece valor depreciativo, enquanto a colocação posterior atribui significado afetivo à relação entre os interlocutores.
- (B) A localização inicial de "velho" indica condição transitória, enquanto sua utilização após o substantivo representa característica permanente do indivíduo mencionado.
- (C) A anteposição de "velho" evidencia a idade cronológica do indivíduo, enquanto sua posposição ressalta a duração prolongada da relação de amizade.
- (D) A anteposição de "velho" favorece a interpretação de vínculo antigo, enquanto sua posposição destaca a idade avançada da pessoa caracterizada.
- (E) A posição anterior de "velho" transforma o adjetivo em substantivo, enquanto a posterior preserva sua função de caracterizar diretamente o referente.

Questão 07

Durante a preparação de um manual técnico, uma equipe de revisão precisou padronizar a grafia de palavras formadas por prefixação. Entre os vocábulos analisados, havia construções com os prefixos "co", "sub", "inter" e "anti", cujas particularidades ortográficas exigiam a aplicação de regras distintas.

Considerando as normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que todas as palavras estão **CORRETAMENTE**

grafadas.

- (A) Coautor, sub-região, inter-regional, anti-social e anti-higiênico.
- (B) Coautor, sub-região, interregional, antissocial e anti-higiênico.
- (C) Coautor, subregião, inter-regional, antissocial e anti-higiênico.
- (D) Co-autor, sub-região, inter-regional, antissocial e anti-higiênico.
- (E) Coautor, sub-região, inter-regional, antissocial e anti-higiênico.

Questão 08

Durante a elaboração de um parecer técnico, uma comissão utilizou construções condicionais envolvendo verbos irregulares derivados de "ter", "vir", "ver" e "pôr". Na revisão, verificou-se a necessidade de empregar corretamente o futuro do subjuntivo, preservando a relação hipotética estabelecida entre as ações e suas possíveis consequências.

Considerando a conjugação verbal na norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Caso a autoridade deter os registros, os técnicos intervirem na apuração e os coordenadores revirem os critérios, poderão ser adotadas novas providências institucionais.
- (B) Caso o colegiado deter os registros, os responsáveis intervirem na fiscalização e a direção revir os critérios, poderão ser corrigidas as inconsistências apuradas.
- (C) Se a comissão detiver os documentos, os fiscais intervirem na apuração e os gestores revirem os critérios, será possível corrigir as irregularidades identificadas.
- (D) Quando a equipe detiver os documentos, os agentes intervirem na investigação e os dirigentes revirem os procedimentos, será possível concluir a análise administrativa.
- (E) Se o órgão detiver os processos, os supervisores intervirem na avaliação e os gestores reverem os parâmetros, poderá ser determinada a revisão dos resultados.

Questão 09

Considere o seguinte fragmento de um parecer técnico:

"Embora os resultados preliminares fossem promissores, a comissão adotou postura parcimoniosa na formulação de recomendações, evitando conclusões que ultrapassassem as evidências disponíveis."

Um revisor sugeriu substituir o adjetivo "parcimoniosa" por outro termo que preservasse o sentido contextual, mantendo a ideia de moderação na apresentação das recomendações e evitando alterações na avaliação expressa pelo texto.

Considerando as relações de sinonímia contextual,

assinale a alternativa que apresenta a substituição **CORRETA**.

- (A) Comedida, pois expressa moderação e prudência na formulação de conclusões diante das evidências disponíveis.
- (B) Reticente, pois caracteriza resistência em apresentar posicionamento, mesmo diante de informações consideradas suficientes.
- (C) Lacônica, pois indica preferência por manifestações breves e objetivas, reduzindo a extensão das recomendações elaboradas.
- (D) Concessiva, pois demonstra disposição para aceitar interpretações divergentes e flexibilizar os critérios adotados na análise.
- (E) Intransigente, pois revela firmeza na defesa das conclusões e resistência à reconsideração dos fundamentos apresentados.

Questão 10

Durante a revisão de um artigo acadêmico, um professor identificou construções que exigiam atenção às regras de regência pronominal. Entre os casos analisados, destacavam-se o emprego dos pronomes relativos precedidos de preposição e a relação sintática estabelecida entre esses elementos e os termos antecedentes.

Considerando as regras de regência e o emprego dos pronomes relativos na norma-padrão, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O pesquisador cujas conclusões foram contestadas apresentou os documentos que os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.
- (B) O professor cujas conclusões foram contestadas apresentou os documentos de que os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.
- (C) O pesquisador cujas conclusões foram contestadas apresentou os documentos a que os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.
- (D) O cientista que as conclusões foram contestadas apresentou os registros a que os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.
- (E) O especialista cujo as conclusões foram contestadas apresentou os registros aos quais os avaliadores haviam feito referência durante a reunião.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MIRANDIBA (PE)

Questão 11

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada no distrito de Tupanaci, no município de Mirandiba, constitui um importante patrimônio religioso e cultural da comunidade. De acordo com os registros históricos municipais, a qual diocese pertence essa igreja?

- (A) À Diocese de Floresta, integrante da organização eclesiástica pernambucana.
- (B) À Diocese de Pesqueira, integrante da organização eclesiástica pernambucana.
- (C) À Diocese de Petrolina, integrante da organização eclesiástica pernambucana.
- (D) À Diocese de Salgueiro, integrante da organização eclesiástica pernambucana.
- (E) À Diocese de Afogados da Ingazeira, integrante da organização eclesiástica pernambucana.

Questão 12

O município de Mirandiba estabelece limites territoriais com diferentes municípios do Sertão pernambucano. Considerando sua localização geográfica, qual dos municípios apresentados faz divisa com Mirandiba na direção sul?

- (A) São José do Belmonte, município localizado no Sertão pernambucano.
- (B) Carnaubeira da Penha, município localizado no Sertão pernambucano.
- (C) Salgueiro, município localizado no Sertão pernambucano.
- (D) Serra Talhada, município localizado no Sertão pernambucano.
- (E) Verdejante, município localizado no Sertão pernambucano.

Questão 13

O distrito de Tupanaci, pertencente ao município de Mirandiba, possui uma história relacionada à ocupação de antigas propriedades rurais do Sertão pernambucano. De acordo com os registros históricos, em quais terras ocorreu a formação inicial desse povoamento?

- (A) Nas terras da Fazenda Queixada, associadas à ocupação histórica do distrito.
- (B) Nas terras da Fazenda Várzea do Tiro, associadas à ocupação histórica do distrito.
- (C) Nas terras da Fazenda Brejo do Gama, associadas à ocupação histórica do distrito.
- (D) Nas terras da Fazenda Santa Maria, associadas à ocupação histórica do distrito.
- (E) Nas terras da Fazenda Quixabeira, associadas à ocupação histórica do distrito.

Questão 14

As tradições religiosas integram a identidade cultural do município de Mirandiba, especialmente no distrito de Tupanaci. Antes da construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, os moradores já realizavam celebrações em homenagem à Imaculada Conceição. Onde aconteciam essas reuniões religiosas?

- (A) Na residência de Cirilo Gomes Diniz, nas proximidades do rio Pajeú, onde eram realizadas novenas.
- (B) Na residência de José Alves de Carvalho e Isabel Leite de Sá, onde eram realizadas novenas.
- (C) Na residência de Manoel Lopes Diniz, nas terras do Brejo do Gama, onde eram realizadas novenas.
- (D) Na residência de João Barbosa de Barros, na Fazenda Quixabeira, onde eram realizadas novenas.
- (E) Na residência de Elizeu Campos, no povoado da Várzea do Tiro, onde eram realizadas novenas.

Questão 15

A economia do município de Mirandiba é marcada por atividades produtivas relacionadas às características de seu território e às práticas desenvolvidas pela população rural. De acordo com as informações econômicas municipais, qual atividade constitui a principal base produtiva de Mirandiba?

- (A) A agropecuária, relacionada à produção agrícola e à criação de animais.
- (B) A mineração, relacionada à exploração e ao beneficiamento de minerais.
- (C) A atividade pesqueira, relacionada à captura e à comercialização de pescados.
- (D) A atividade madeireira, relacionada à extração e ao processamento de madeira.
- (E) A indústria têxtil, relacionada à fabricação de tecidos e vestuários.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 16

Com o objetivo de reorganizar a execução de atividades econômicas de interesse coletivo, determinado estado pretende instituir uma empresa pública estadual, dotada de personalidade jurídica de direito privado e capital integralmente público. Durante a elaboração do projeto institucional, surgiu controvérsia sobre o papel da lei específica na constituição da entidade e sobre o momento de aquisição de sua personalidade jurídica, considerando o regime aplicável às empresas públicas.

À luz do art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A instituição da empresa pública depende de criação por decreto específico, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante o registro dos atos constitutivos no órgão competente.
- (B) A instituição da empresa pública depende de criação por lei específica, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante a publicação do respectivo diploma legislativo.
- (C) A instituição da empresa pública depende de autorização por decreto específico, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante o registro dos atos constitutivos no órgão competente.

- (D) A instituição da empresa pública depende de autorização por lei específica, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante a publicação do respectivo diploma legislativo.
- (E) A instituição da empresa pública depende de autorização por lei específica, sendo sua personalidade jurídica adquirida mediante o registro dos atos constitutivos no órgão competente.

Questão 17

O dirigente máximo de determinada autarquia federal identificou a necessidade de assumir temporariamente a condução de um procedimento administrativo atribuído a uma unidade hierarquicamente subordinada. A medida foi motivada por circunstâncias excepcionais, devidamente documentadas, relacionadas à complexidade da matéria e à necessidade de uniformização da atuação institucional. Não havia disposição legal que impedisse o exercício da competência pela autoridade superior.

Considerando o instituto da avocação de competências e as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A avocação é admitida em caráter excepcional e permanente, por motivos relevantes devidamente justificados, desde que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (B) A avocação é admitida em caráter ordinário e permanente, por motivos relevantes devidamente justificados, desde que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (C) A avocação é admitida em caráter excepcional e temporário, por motivos relevantes devidamente justificados, ainda que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.
- (D) A avocação é admitida em caráter excepcional e temporário, por motivos relevantes devidamente justificados, desde que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (E) A avocação é admitida em caráter ordinário e temporário, por motivos relevantes devidamente justificados, desde que recaia sobre competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Questão 18

Um município celebrou contrato de concessão para exploração de determinado serviço público por empresa privada. Durante a execução contratual, verificou-se que a concessionária cumpria regularmente suas obrigações, mas a Administração identificou razões supervenientes de interesse público que justificariam a retomada antecipada do serviço. O poder concedente pretende adotar a medida antes do término do prazo contratual, observando os requisitos estabelecidos pela Lei nº 8.987/1995.

Considerando as modalidades de extinção das concessões de serviços públicos, assinale a afirmativa

CORRETA.

- (A) A rescisão exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e pagamento prévio da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.
- (B) A encampação exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e pagamento prévio da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.
- (C) A encampação exige motivo de interesse público, autorização administrativa específica e pagamento prévio da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.
- (D) A caducidade exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e pagamento prévio da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.
- (E) A encampação exige motivo de interesse público, lei autorizativa específica e pagamento posterior da indenização cabível, permitindo a retomada do serviço durante o prazo da concessão.

Questão 19

Durante a instrução de um processo administrativo federal, a autoridade responsável determinou a intimação de determinado interessado para comparecer pessoalmente à repartição e prestar esclarecimentos relevantes à apuração dos fatos. O documento de intimação continha a identificação do interessado, a finalidade do comparecimento, o local, a data, o horário e os fundamentos pertinentes. Entretanto, surgiu dúvida sobre a antecedência mínima que deveria ser observada entre a intimação e a data designada para o comparecimento.

Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 relativas à comunicação dos atos processuais, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A intimação deve observar antecedência mínima de cinco dias corridos em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.
- (B) A intimação deve observar antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.
- (C) A intimação deve observar antecedência mínima de três dias corridos em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.
- (D) A intimação deve observar antecedência mínima de três dias úteis em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.
- (E) A intimação deve observar antecedência mínima de dois dias úteis em relação à data de comparecimento, assegurando ao interessado prazo compatível com a preparação de sua participação.

Questão 20

Durante a prestação de serviço público de transporte coletivo, um ônibus pertencente a uma empresa concessionária atingiu um veículo particular que trafegava regularmente em via pública. O condutor do automóvel não era usuário do serviço de transporte e sofreu prejuízos materiais diretamente relacionados à colisão. A investigação demonstrou o nexo causal entre a atuação do motorista da concessionária e os danos produzidos, sem identificar circunstâncias excludentes de responsabilidade.

Considerando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo exigida a demonstração de falha estrutural do serviço e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.
- (B) A concessionária responde subjetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo suficiente a demonstração do dano e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.
- (C) A concessionária responde subjetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo exigida a demonstração da culpa do motorista e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.
- (D) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo exigida a demonstração da culpa do motorista e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.
- (E) A concessionária responde objetivamente pelos danos causados ao terceiro não usuário, sendo suficiente a demonstração do dano e do nexo causal, ressalvadas as causas excludentes de responsabilidade.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 21

Uma ouvidoria recebeu reclamação sobre a demora na realização de manutenção em uma unidade pública. Após consultar o setor responsável, obteve informação de que a solicitação havia sido incluída no planejamento de serviços, mas ainda não existia data definida para sua execução. Ao elaborar a resposta conclusiva, o ouvidor deveria transmitir a situação administrativa com clareza, sem criar expectativa de prazo não confirmado ou apresentar a inclusão no planejamento como execução concluída.

Considerando os princípios de clareza, precisão e objetividade aplicáveis à comunicação oficial, assinale a alternativa que apresenta a redação **CORRETA**.

- (A) Informamos que a solicitação foi incluída no planejamento de manutenção. Contudo, até o momento, não há data confirmada para a execução do serviço solicitado.
- (B) Registramos que o serviço solicitado se encontra encaminhado para solução, com previsão de realização vinculada às prioridades estabelecidas pela administração responsável.
- (C) Comunicamos que a demanda foi devidamente programada para atendimento, cuja realização deverá ocorrer conforme a disponibilidade operacional da unidade competente.
- (D) Esclarecemos que as providências necessárias foram adotadas pelo setor, permanecendo a execução condicionada aos procedimentos administrativos relativos à manutenção.
- (E) Informamos que o atendimento foi contemplado no cronograma administrativo, devendo sua conclusão ocorrer após a organização das atividades previstas pelo setor.

Questão 22

Uma ouvidoria identificou crescimento expressivo das reclamações relacionadas à emissão de documentos administrativos. A análise revelou que diferentes unidades solicitavam repetidamente informações já disponíveis nos sistemas institucionais, provocando deslocamentos desnecessários e atrasos. Embora as manifestações fossem respondidas individualmente, o problema continuava ocorrendo. O gestor decidiu adotar uma medida voltada à prevenção da recorrência.

Considerando o papel estratégico da ouvidoria na melhoria dos serviços públicos, assinale a alternativa que apresenta a providência **CORRETA**.

- (A) Recomendar a capacitação dos atendentes para explicar melhor as exigências documentais, preservando os procedimentos utilizados pelas unidades responsáveis pela emissão.
- (B) Organizar os registros por grau de insatisfação e encaminhar relatórios periódicos à direção, mantendo a análise das causas sob responsabilidade dos setores executores.
- (C) Propor a revisão do fluxo de atendimento e a integração das consultas internas, utilizando as manifestações recorrentes como evidências para corrigir a origem das dificuldades.
- (D) Estabelecer metas de encerramento das demandas relacionadas à documentação, direcionando os esforços para diminuir o volume de manifestações pendentes no sistema.
- (E) Intensificar o acompanhamento das respostas individuais e ampliar os modelos padronizados, buscando reduzir o tempo de conclusão das reclamações apresentadas pelos cidadãos.

Questão 23

Uma ouvidoria recebeu manifestação de um cidadão

insatisfeito com a interpretação adotada por determinado setor sobre os requisitos de um serviço público. Durante a análise, constatou-se que a divergência envolvia aspectos procedimentais passíveis de esclarecimento, sem indícios de ilegalidade ou impedimento à construção de uma solução consensual. O ouvidor decidiu promover reunião entre as partes, preservando a competência da autoridade responsável pela decisão administrativa.

Considerando os fundamentos da mediação de conflitos na atuação das ouvidorias públicas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A intervenção pode flexibilizar os requisitos administrativos questionados, considerando que a solução consensual possui prevalência sobre os procedimentos institucionais vigentes.
- (B) A atuação mediadora permite ao ouvidor estabelecer o encaminhamento definitivo da controvérsia, utilizando critérios de equidade para substituir a interpretação do setor técnico.
- (C) O procedimento deve concentrar-se na identificação da parte responsável pelo conflito, possibilitando a formulação de proposta corretiva vinculante para os participantes.
- (D) A negociação deve priorizar o entendimento apresentado pela unidade pública, utilizando a reunião para demonstrar ao cidadão os fundamentos da decisão anteriormente adotada.
- (E) A mediação deve favorecer o diálogo e a compreensão dos interesses envolvidos, sem atribuir ao ouvidor competência para impor solução ou afastar exigências legais aplicáveis.

Questão 24

Durante a reorganização do acervo documental de uma ouvidoria, verificou-se que os registros das manifestações estavam distribuídos entre arquivos digitais e pastas físicas, sem critérios uniformes de classificação. Alguns documentos haviam sido separados por nome do atendente, enquanto outros estavam organizados conforme o assunto tratado. A equipe decidiu instituir procedimentos que preservassem o vínculo entre os documentos de cada manifestação e permitissem sua recuperação durante o período de guarda previsto nos instrumentos arquivísticos aplicáveis.

Considerando os fundamentos da gestão de documentos arquivísticos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O procedimento deve organizar os registros conforme a data de encerramento, utilizando a sequência cronológica para definir os respectivos períodos de guarda e eliminação.
- (B) A estrutura documental deve acompanhar a distribuição das demandas entre os setores, transferindo a responsabilidade pela conservação ao último órgão que examinou a manifestação.

- (C) A organização deve preservar o vínculo entre os registros de cada manifestação e seu contexto de produção, aplicando critérios de classificação e temporalidade definidos institucionalmente.
- (D) O arquivamento deve priorizar a identificação dos servidores responsáveis pelos atendimentos, utilizando a autoria individual como referência principal para localização dos documentos.
- (E) A classificação deve reunir manifestações com conteúdo semelhante em conjuntos documentais, substituindo os vínculos processuais por agrupamentos baseados na frequência dos assuntos.

Questão 25

Uma ouvidoria integrante do Poder Executivo federal recebeu manifestação na qual um cidadão propunha ampliar o horário de funcionamento de determinada unidade de atendimento. O interessado apresentou dados sobre a demanda existente e sugeriu a abertura do serviço em horários alternativos. Após análise preliminar, a equipe constatou que a proposta não envolvia relato de irregularidade ou insatisfação com atendimento anteriormente recebido.

Considerando o tratamento das sugestões previsto no Decreto nº 9.492/2018, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O registro deve ser direcionado à unidade correcional, cabendo-lhe examinar a pertinência da proposta e determinar eventuais alterações no funcionamento administrativo.
- (B) A manifestação deve ser encaminhada à autoridade responsável pelo serviço, à qual compete avaliar a possibilidade de adoção da providência sugerida pelo cidadão.
- (C) O expediente deve ser enviado à unidade de controle interno, responsável por avaliar os resultados previstos e estabelecer as condições de execução da medida apresentada.
- (D) A proposta deve ser apreciada pela própria ouvidoria, que poderá autorizar sua implementação após verificar os benefícios esperados para os usuários do serviço.
- (E) A demanda deve ser submetida ao setor de planejamento, que poderá aprovar a ampliação do horário mediante avaliação da conveniência e da disponibilidade orçamentária.

Questão 26

Uma ouvidoria recebeu manifestação envolvendo falhas na manutenção de equipamentos utilizados em uma unidade municipal de saúde. Durante a análise preliminar, constatou-se que o problema envolvia providências técnicas de manutenção e decisões administrativas relacionadas à programação das despesas. As atribuições estavam distribuídas entre duas unidades da mesma secretaria, exigindo informações complementares para a elaboração de resposta consistente ao cidadão.

Considerando as boas práticas de encaminhamento e acompanhamento de demandas administrativas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A demanda deve ser distribuída separadamente entre os setores envolvidos, permitindo que cada unidade encaminhe sua própria resposta ao cidadão conforme suas atribuições.
- (B) A ouvidoria deve identificar as competências envolvidas, encaminhar as demandas às unidades pertinentes e consolidar as informações para apresentar resposta coerente ao cidadão.
- (C) O registro deve ser submetido inicialmente à chefia da secretaria, que poderá definir a unidade principal e transferir a responsabilidade pelo atendimento às áreas executoras.
- (D) A manifestação deve ser remetida ao setor responsável pela manutenção, atribuindo-lhe a coordenação das demais informações e a elaboração da resposta institucional ao interessado.
- (E) O expediente deve ser direcionado à unidade encarregada do planejamento financeiro, considerando que a disponibilidade de recursos condiciona a execução das providências técnicas.

Questão 27

Durante atendimento telefônico, um cidadão solicitou esclarecimentos sobre procedimento administrativo composto por diferentes etapas. O servidor explicou as orientações utilizando termos técnicos e siglas institucionais. Ao final da conversa, o usuário confirmou que havia compreendido as informações, mas, ao resumir o procedimento, demonstrou ter interpretado equivocadamente a sequência das providências necessárias.

Considerando as técnicas de comunicação efetiva no atendimento ao cidadão, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A comunicação deve ser reforçada mediante leitura integral das instruções oficiais, reduzindo a possibilidade de divergência entre o conteúdo transmitido e as normas institucionais.
- (B) O atendente deve reformular as orientações em linguagem acessível, organizar as etapas sequencialmente e verificar a compreensão do usuário antes de concluir o atendimento.
- (C) O profissional deve encaminhar o usuário a um setor especializado, considerando que a dificuldade de compreensão demonstra a necessidade de orientação por servidor técnico.
- (D) A orientação deve ser complementada com a indicação dos canais eletrônicos, permitindo ao cidadão consultar posteriormente os procedimentos e esclarecer eventuais dúvidas.
- (E) O servidor deve repetir a explicação técnica com maior detalhamento, preservando as expressões institucionais e recomendando a consulta às normas administrativas disponíveis.

Questão 28

Uma ouvidoria municipal encaminhou reclamação sobre falhas recorrentes na coleta de resíduos à secretaria responsável. Em resposta, o setor informou que o problema havia sido solucionado. Entretanto, os documentos apresentados demonstravam a realização de uma vistoria, sem comprovar a adoção das providências corretivas mencionadas. O ouvidor identificou divergência entre a conclusão encaminhada e as evidências disponíveis.

Considerando as boas práticas de monitoramento e avaliação das respostas administrativas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O registro deve ser classificado como solucionado após a resposta institucional, transferindo-se à unidade executora a responsabilidade pela comprovação das medidas corretivas.
- (B) A realização da vistoria permite considerar atendida a demanda, pois demonstra atuação administrativa relacionada ao problema e possibilita o acompanhamento posterior das melhorias.
- (C) A manifestação pode ser encerrada mediante ressalva sobre as evidências disponíveis, considerando que a apuração da efetividade das providências pertence ao setor responsável.
- (D) A ouvidoria deve solicitar esclarecimentos adicionais e verificar a correspondência entre as providências informadas e os registros apresentados antes de concluir a manifestação.
- (E) A declaração formal da secretaria deve fundamentar o encerramento da reclamação, cabendo ao cidadão apresentar novos elementos caso identifique a continuidade das falhas relatadas.

Questão 29

Uma ouvidoria municipal identificou que determinado cidadão havia apresentado três manifestações referentes à mesma falha na prestação de um serviço público. Os registros descreviam o mesmo fato, mas continham informações complementares obtidas em diferentes momentos. Durante a análise, a equipe verificou que a abertura de procedimentos independentes poderia produzir respostas contraditórias e dificultar a identificação das providências adotadas.

Considerando as boas práticas de acompanhamento e controle das manifestações de ouvidoria, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A equipe deve encaminhar cada manifestação a uma unidade diferente, permitindo avaliações independentes que reduzam a influência das conclusões anteriormente apresentadas.
- (B) A ouvidoria deve produzir respostas individuais com base nos documentos disponíveis em cada protocolo, preservando a autonomia dos registros e das análises realizadas.

- (C) O responsável deve considerar a manifestação mais recente como substituta das anteriores, transferindo os registros originais para o arquivo sem vinculação ao procedimento atual.
- (D) A unidade deve avaliar a vinculação dos registros e consolidar as informações pertinentes, preservando a rastreabilidade das manifestações e evitando encaminhamentos administrativos redundantes.
- (E) O setor deve encerrar os registros posteriores e manter o primeiro protocolo como referência, dispensando a incorporação das informações adicionais fornecidas pelo interessado.

Questão 30

Um cidadão procurou a ouvidoria de uma autarquia federal solicitando informações sobre procedimento cuja execução competia a outro órgão da Administração Pública. A equipe verificou que a manifestação não envolvia denúncia e que havia uma unidade de ouvidoria integrante do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal competente para tratar da matéria. O servidor responsável considerou encerrar o registro e orientar o interessado a apresentar nova manifestação diretamente ao órgão destinatário.

Considerando o tratamento de manifestações relativas a matérias alheias à competência da unidade que as recebeu, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A unidade receptora deve solicitar manifestação formal do interessado sobre o encaminhamento, condicionando a transferência à confirmação da competência do órgão destinatário.
- (B) O expediente deve ser submetido à autoridade máxima da entidade receptora, que avaliará a conveniência de transferir a solicitação ao órgão responsável pela matéria.
- (C) A ouvidoria deve encaminhar a manifestação à unidade competente do Sistema de Ouvidoria, preservando a continuidade do tratamento e evitando exigir novo registro do cidadão.
- (D) O registro deve permanecer na autarquia até a obtenção de resposta técnica preliminar, permitindo que a unidade responsável receba a demanda acompanhada de análise conclusiva.
- (E) O atendente deve finalizar o procedimento e fornecer os contatos institucionais adequados, transferindo ao usuário a responsabilidade pela apresentação de novo requerimento.

Questão 31

Uma ouvidoria implantou sistema eletrônico que permite registrar manifestações, distribuir demandas e acompanhar sua tramitação. Durante uma auditoria, identificou-se que determinados registros haviam sido modificados após o encaminhamento aos setores competentes, sem possibilidade de recuperar o conteúdo anterior ou identificar os responsáveis pelas alterações. A equipe técnica recomendou a implementação de controles destinados a assegurar a rastreabilidade das

operações.

Considerando os mecanismos de integridade e auditoria aplicáveis aos sistemas de ouvidoria, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A definição de perfis de acesso, vinculada às atribuições funcionais dos servidores, permite identificar as modificações efetivamente realizadas em cada registro administrativo.
- (B) A utilização de cópias periódicas de segurança, associada à identificação dos arquivos armazenados, permite demonstrar a autoria de cada modificação realizada no sistema.
- (C) O armazenamento criptografado das manifestações, associado à proteção das credenciais, possibilita reconstruir a sequência das alterações efetuadas durante a tramitação.
- (D) A adoção de registros de auditoria com identificação do usuário, data, operação realizada e histórico das alterações permite reconstruir a movimentação das informações.
- (E) O emprego de autenticação individual, acompanhado do controle de sessões iniciadas, possibilita recuperar o conteúdo anterior das manifestações alteradas pelos operadores.

Questão 32

Uma ouvidoria recebeu questionamento sobre a possibilidade de implantação de determinado serviço público. O setor responsável informou que a proposta estava em fase de estudos técnicos, sem aprovação administrativa ou previsão definida de implementação. Entretanto, a equipe de comunicação sugeriu divulgar que o serviço seria disponibilizado em breve, argumentando que a mensagem demonstraria compromisso institucional e contribuiria para melhorar a percepção dos cidadãos.

Considerando os princípios de comunicação institucional aplicáveis às ouvidorias públicas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O comunicado deve informar que o serviço integra o planejamento do órgão, apresentando previsão aproximada de funcionamento conforme as expectativas da equipe responsável.
- (B) A manifestação deve destacar a perspectiva favorável de implementação, utilizando linguagem positiva para demonstrar compromisso institucional e preservar a confiança dos usuários.
- (C) A resposta deve esclarecer que a proposta permanece em análise, distinguindo a intenção administrativa da decisão formal e evitando anunciar prazos ou resultados ainda não confirmados.
- (D) A orientação deve enfatizar os benefícios esperados da iniciativa, reservando as informações sobre sua aprovação para momento posterior à conclusão dos estudos técnicos.

- (E) O posicionamento deve apresentar a implementação como objetivo institucional prioritário, esclarecendo que eventuais alterações de cronograma serão comunicadas pelos canais oficiais.

Questão 33

Uma ouvidoria federal recebeu manifestação eletrônica sobre dificuldades de acesso a determinado serviço público. Durante a análise prévia, identificou-se que o relato não continha informações suficientes para individualizar a ocorrência. A unidade solicitou complementação ao cidadão, indicando os dados necessários. O interessado apresentou as informações solicitadas dentro do prazo regulamentar, permitindo a continuidade da análise.

Considerando as disposições do Decreto nº 9.492/2018 relativas à complementação de manifestações, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A necessidade de informações adicionais encerra a contagem inicial, passando a tramitação a depender da abertura de novo registro após a manifestação do cidadão.
- (B) A solicitação de complementação suspende o prazo de resposta conclusiva, cuja contagem será retomada a partir da data em que o usuário apresentar as informações requeridas.
- (C) O encaminhamento da solicitação suspende o período de análise interna, mas preserva a contagem destinada à emissão da resposta conclusiva ao usuário.
- (D) O pedido complementar interrompe o prazo originalmente previsto, iniciando nova contagem integral após a apresentação dos documentos necessários pelo interessado.
- (E) A requisição de esclarecimentos mantém a contagem do prazo administrativo, cabendo à ouvidoria solicitar prorrogação quando houver risco de vencimento.

Questão 34

Uma ouvidoria disponibiliza atendimento presencial, telefônico e eletrônico. Durante a avaliação de qualidade, identificou-se que os atendentes forneciam orientações diferentes sobre um mesmo procedimento, conforme o canal utilizado. A chefia decidiu estabelecer medidas para assegurar uniformidade informacional sem desconsiderar as particularidades de comunicação e acessibilidade de cada modalidade.

Considerando os princípios da qualidade e da integração dos canais de atendimento, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A padronização integral dos roteiros de comunicação, incluindo vocabulário e sequência de apresentação, assegura atendimento uniforme aos usuários com diferentes necessidades.

- (B) A concentração dos procedimentos complexos no atendimento presencial, com orientações simplificadas nos demais canais, permite reduzir divergências e organizar as demandas por modalidade.
- (C) A atribuição de autonomia interpretativa aos atendentes, conforme as características de cada canal, contribui para ajustar as informações às necessidades específicas dos cidadãos.
- (D) A adoção de uma base institucional de orientações atualizadas, associada à adaptação da linguagem e dos recursos de acessibilidade, favorece a consistência das informações prestadas.
- (E) O encaminhamento das dúvidas relevantes ao atendimento eletrônico, mantendo os demais canais destinados às orientações iniciais, favorece a centralização das decisões administrativas.

Questão 35

Uma ouvidoria municipal recebeu manifestação presencial de uma cidadã que relatava dificuldades recorrentes para obter determinado serviço público. Durante o atendimento, a usuária demonstrou forte abalo emocional e apresentou os fatos de maneira desorganizada, repetindo informações e manifestando receio de não ser compreendida. O servidor identificou que seria necessário obter esclarecimentos adicionais para registrar adequadamente a demanda, sem aumentar o constrangimento da interessada.

Considerando os princípios do atendimento humanizado nas ouvidorias públicas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A condução deve priorizar a reconstrução cronológica dos acontecimentos, solicitando respostas objetivas e interrompendo relatos repetitivos para assegurar maior precisão documental.
- (B) O profissional deve sugerir o retorno da usuária em momento de maior tranquilidade, preservando a qualidade das informações e reduzindo possíveis inconsistências no registro.
- (C) A abordagem deve incentivar o preenchimento autônomo do formulário pela interessada, reservando a intervenção do atendente para esclarecer dúvidas sobre os campos necessários.
- (D) O servidor deve concentrar-se na identificação imediata do problema administrativo, evitando manifestações emocionais que possam comprometer a objetividade do procedimento.
- (E) O atendente deve acolher o relato sem julgamentos, utilizar perguntas esclarecedoras e respeitar o ritmo da cidadã, buscando informações suficientes para registrar adequadamente a manifestação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

Uma entidade da Administração Pública pretende contratar solução tecnológica inovadora para integrar diferentes plataformas de atendimento ao cidadão. Durante o planejamento, verificou-se que as soluções disponíveis no mercado exigiriam adaptações significativas e que a Administração não possuía condições de definir previamente, com precisão suficiente, as especificações técnicas necessárias. Constatou-se, ainda, a necessidade de discutir com potenciais fornecedores as alternativas técnicas capazes de atender às demandas institucionais.

Considerando as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A concorrência permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.
- (B) O concurso permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.
- (C) O leilão permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.
- (D) O pregão permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.
- (E) O diálogo competitivo permite a discussão de alternativas com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, sendo as propostas finais apresentadas após o encerramento da fase de diálogo.

Questão 37

Uma comissão responsável pela gestão de informações classificadas de determinado órgão federal examinou documentos produzidos há oito anos, relacionados a atividades cuja divulgação poderia comprometer operações estratégicas de interesse nacional. Após avaliação fundamentada, concluiu-se que estavam presentes os requisitos legais para a classificação das informações no grau secreto. A comissão discutiu o prazo máximo de restrição de acesso e o marco temporal aplicável à sua contagem, considerando que a classificação seria formalizada na data atual.

Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 20 anos, contado da produção da informação, de modo que a classificação posterior não reinicia esse período.
- (B) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 15 anos, contado da produção da informação, de modo que a classificação posterior não reinicia esse período.
- (C) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 10 anos, contado da classificação da informação, de modo que a formalização posterior inicia esse período.
- (D) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 25 anos, contado da produção da informação, de modo que a classificação posterior não reinicia esse período.
- (E) O grau secreto admite prazo máximo de restrição de 15 anos, contado da classificação da informação, de modo que a formalização posterior inicia esse período.

Questão 38

O dirigente de uma autarquia federal pretende descentralizar determinadas decisões administrativas para conferir maior eficiência às atividades institucionais. Para isso, elaborou proposta de delegação de competências a unidades administrativas que não estão hierarquicamente subordinadas ao seu gabinete. A proposta contempla a prática de atos administrativos ordinários, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos, respeitadas as competências legalmente atribuídas ao dirigente.

Considerando o regime de delegação de competências previsto na Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A delegação pode alcançar órgãos não subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência compartilhada.
- (B) A delegação pode alcançar órgãos não subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência exclusiva.
- (C) A delegação pode alcançar órgãos não subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos normativos, a decisão de processos originários ou matérias de competência exclusiva.
- (D) A delegação pode alcançar órgãos subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência exclusiva.

- (E) A delegação pode alcançar órgãos não subordinados hierarquicamente, desde que não compreenda a edição de atos ordinários, a decisão de recursos administrativos ou matérias de competência exclusiva.

Questão 39

Um servidor público federal aposentou-se regularmente em cargo efetivo, passando a receber proventos decorrentes do regime próprio de previdência social. Posteriormente, foi aprovado em concurso público para outro cargo efetivo, cujas atribuições não se enquadram nas hipóteses constitucionais de acumulação permitida com o cargo que originou sua aposentadoria. Não se trata de cargo eletivo ou em comissão, e a nova investidura ocorreu após a Emenda Constitucional nº 20/1998.

Considerando as disposições constitucionais relativas à percepção simultânea de proventos de aposentadoria e remuneração de cargo público, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A acumulação remuneratória pretendida encontra vedação constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe equivalência entre as atribuições dos cargos públicos.
- (B) A acumulação remuneratória pretendida encontra autorização constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe compatibilidade entre os respectivos horários funcionais.
- (C) A acumulação remuneratória pretendida encontra autorização constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe vinculação dos cargos a diferentes órgãos públicos.
- (D) A acumulação remuneratória pretendida encontra vedação constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe enquadramento nas exceções previstas no art. 37, § 10.
- (E) A acumulação remuneratória pretendida encontra autorização constitucional, pois a percepção simultânea de proventos e remuneração pressupõe aprovação em concurso para o novo cargo público.

Questão 40

Uma ouvidoria vinculada a uma autarquia federal recebeu manifestação de usuário relativa à prestação inadequada de determinado serviço público. Para instruir a resposta, solicitou esclarecimentos ao setor responsável, que apresentou informações suficientes para a análise da demanda. Durante a elaboração da decisão administrativa final, a equipe verificou a necessidade de observar os prazos e as possibilidades de prorrogação estabelecidos pela Lei nº 13.460/2017.

Considerando as disposições legais sobre o funcionamento das ouvidorias públicas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 15 dias, admitida uma prorrogação por igual período, mediante justificativa expressa.
- (B) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 30 dias, admitida uma prorrogação por até 15 dias, mediante justificativa expressa.
- (C) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 20 dias, admitida uma prorrogação por igual período, mediante justificativa expressa.
- (D) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 20 dias, admitida uma prorrogação por até 30 dias, mediante justificativa expressa.
- (E) A ouvidoria deverá encaminhar a decisão administrativa final ao usuário no prazo de 30 dias, admitida uma prorrogação por igual período, mediante justificativa expressa.

Questão 41

Durante fiscalização de contrato administrativo federal, o Tribunal de Contas da União identificou ilegalidade na execução contratual e comunicou a ocorrência ao Congresso Nacional, para adoção das providências constitucionalmente previstas. O Congresso Nacional determinou a sustação do contrato e solicitou ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Entretanto, transcorreram 90 dias sem que o Congresso Nacional ou o Poder Executivo efetivassem as medidas necessárias à solução da irregularidade.

Considerando o regime constitucional de controle externo estabelecido no art. 71 da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O Tribunal de Contas da União poderá decidir a respeito, diante da ausência de providências efetivas do Congresso Nacional ou do Poder Executivo no prazo constitucional de 90 dias.
- (B) O Supremo Tribunal Federal deverá decidir sobre a sustação contratual, diante da ausência de providências efetivas do Congresso Nacional ou do Poder Executivo no prazo constitucional de 90 dias.
- (C) O Poder Executivo poderá decidir sobre a manutenção contratual, diante da ausência de providências efetivas do Congresso Nacional ou do Tribunal de Contas da União no prazo constitucional de 90 dias.
- (D) O Congresso Nacional deverá renovar a determinação de sustação, diante da ausência de providências efetivas do Tribunal de Contas da União ou do Poder Executivo no prazo constitucional de 90 dias.
- (E) O Ministério Público Federal poderá determinar a sustação contratual, diante da ausência de providências efetivas do Congresso Nacional ou do Poder Executivo no prazo constitucional de 90 dias.

Questão 42

Um órgão da Administração Pública federal pretende reorganizar sua estrutura de direção e assessoramento, mediante a criação de funções de confiança e cargos em comissão, observadas as disposições constitucionais. Durante a elaboração da proposta, surgiu controvérsia sobre a possibilidade de designar empregados públicos, ocupantes de empregos permanentes, para funções de confiança e sobre a necessidade de reservar parte dos cargos em comissão a servidores de carreira.

Considerando o art. 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) As funções de confiança destinam-se a servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais mínimos de provimento por servidores de carreira previstos em lei.
- (B) As funções de confiança destinam-se a empregados públicos permanentes, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais mínimos de provimento por servidores de carreira previstos em lei.
- (C) As funções de confiança destinam-se a empregados públicos permanentes, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais máximos de provimento por servidores de carreira previstos em lei.
- (D) As funções de confiança destinam-se a servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais máximos de provimento por servidores de carreira previstos em lei.
- (E) As funções de confiança destinam-se a servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão devem observar os percentuais mínimos de provimento por empregados públicos previstos em lei.

Questão 43

Durante a elaboração de um estudo institucional, uma comissão jurídica examinou a natureza das atividades exercidas pelos diferentes Poderes da República. O estudo identificou que o Poder Legislativo, além de suas atribuições constitucionais predominantes, realiza procedimentos licitatórios, administra seus recursos humanos e celebra contratos para manutenção de suas instalações. Surgiu, então, questionamento sobre a natureza jurídica dessas atividades e sua submissão ao regime de Direito Administrativo.

Considerando a distinção entre funções estatais e a atuação administrativa dos Poderes da República, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O Poder Legislativo exerce função governamental de natureza típica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.

- (B) O Poder Legislativo exerce função jurisdicional de natureza atípica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.
- (C) O Poder Legislativo exerce função administrativa de natureza típica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.
- (D) O Poder Legislativo exerce função administrativa de natureza atípica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.
- (E) O Poder Legislativo exerce função normativa de natureza atípica ao gerir seus recursos e contratos, submetendo essa atuação aos princípios e às normas pertinentes à Administração Pública.

Questão 44

Durante a avaliação da gestão orçamentária de determinado órgão federal, a unidade de controle interno identificou irregularidades na aplicação de recursos públicos e deficiências nos mecanismos de acompanhamento das metas previstas no planejamento governamental. A equipe responsável discutiu suas atribuições constitucionais, especialmente quanto à avaliação dos resultados administrativos e à comunicação das irregularidades identificadas aos órgãos competentes.

Considerando as disposições do art. 74 da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O controle interno deve avaliar a eficiência e a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar à Controladoria-Geral da União as irregularidades de que tomarem conhecimento.
- (B) O controle interno deve avaliar a economicidade e a regularidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar ao Senado Federal as irregularidades de que tomarem conhecimento.
- (C) O controle interno deve avaliar a economicidade e a efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar ao Congresso Nacional as irregularidades de que tomarem conhecimento.
- (D) O controle interno deve avaliar a eficácia e a legitimidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar ao Ministério Público Federal as irregularidades de que tomarem conhecimento.
- (E) O controle interno deve avaliar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos responsáveis comunicar ao Tribunal de Contas da União as irregularidades de que tomarem conhecimento.

Questão 45

Uma autoridade administrativa federal decidiu indeferir recurso apresentado por servidor público contra penalidade disciplinar anteriormente aplicada. Ao elaborar a decisão, a autoridade manifestou concordância com parecer jurídico constante dos autos, cuja fundamentação examinava detalhadamente os fatos, as provas produzidas e os dispositivos legais aplicáveis. A decisão fez referência expressa ao parecer, incorporando seus fundamentos, sem reproduzir integralmente a análise jurídica realizada.

Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 relativas à motivação dos atos administrativos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A motivação pode ocorrer mediante referência genérica a parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam claros, explícitos e congruentes.
- (B) A motivação pode ocorrer mediante referência genérica a parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam recentes, objetivos e suficientes.
- (C) A motivação pode ocorrer mediante concordância expressa com parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam claros, explícitos e congruentes.
- (D) A motivação pode ocorrer mediante concordância expressa com parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam recentes, objetivos e suficientes.
- (E) A motivação pode ocorrer mediante concordância expressa com parecer anterior, cujos fundamentos passam a integrar a decisão, desde que sejam oportunos, convenientes e suficientes.

Questão 46

Uma fundação pública federal iniciou a reformulação de sua política institucional de governança, buscando aperfeiçoar os mecanismos de avaliação, direcionamento e monitoramento de suas atividades. A alta administração identificou a necessidade de estabelecer práticas voltadas ao desenvolvimento das competências dos dirigentes, à definição de prioridades institucionais e à mitigação dos riscos capazes de comprometer o alcance dos objetivos organizacionais.

Considerando os mecanismos de governança pública previstos no Decreto nº 9.203/2017, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A liderança compreende práticas relacionadas à definição de diretrizes e prioridades; a estratégia envolve integridade e competência dos dirigentes; e o controle abrange processos estruturados de mitigação de riscos.

- (B) A liderança compreende práticas relacionadas à integridade e à competência dos dirigentes; a estratégia envolve processos de mitigação de riscos; e o controle abrange diretrizes e prioridades institucionais.
- (C) A liderança compreende práticas relacionadas à mitigação dos riscos institucionais; a estratégia envolve diretrizes e prioridades; e o controle abrange integridade e competência dos dirigentes.
- (D) A liderança compreende práticas relacionadas à integridade e à competência dos dirigentes; a estratégia envolve diretrizes e prioridades; e o controle abrange processos estruturados de mitigação de riscos.
- (E) A liderança compreende práticas relacionadas à integridade e à competência dos dirigentes; a estratégia envolve diretrizes e prioridades; e o controle abrange processos de definição dos objetivos institucionais.

Questão 47

Uma agência reguladora federal, após consolidar determinado entendimento interpretativo sobre requisitos aplicáveis aos administrados, passou a adotar nova orientação jurídica em razão de revisão institucional de seus critérios de análise. Durante a fiscalização de situações constituídas sob a interpretação anteriormente vigente, a agência cogitou aplicar o novo entendimento para considerar irregulares condutas praticadas de acordo com a orientação administrativa da época.

Considerando o princípio da segurança jurídica e as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A Administração deve observar a vedação à aplicação imediata de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica na apreciação das situações constituídas sob orientação anterior.
- (B) A Administração deve observar a vedação à aplicação prospectiva de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica na apreciação das situações constituídas sob orientação anterior.
- (C) A Administração deve observar a possibilidade de aplicação retroativa de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica mediante fundamentação das situações anteriormente constituídas.
- (D) A Administração deve observar a vedação à aplicação retroativa de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica na apreciação das situações constituídas sob orientação anterior.
- (E) A Administração deve observar a possibilidade de aplicação retrospectiva de nova interpretação administrativa, preservando a segurança jurídica mediante revisão das situações anteriormente constituídas.

Questão 48

Três municípios decidiram constituir um consórcio público para a gestão associada de serviços de interesse comum. Após a subscrição do protocolo de intenções, foram aprovadas e entraram em vigor as respectivas leis municipais de ratificação. Os entes participantes optaram pela constituição de uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, destinada a executar as atividades previstas no instrumento constitutivo.

Considerando as disposições da Lei nº 11.107/2005 sobre os consórcios públicos, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, integrando a Administração Direta dos entes federativos consorciados.
- (B) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, integrando a Administração Indireta do ente responsável pela sede.
- (C) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, integrando a Administração Indireta dos entes federativos consorciados.
- (D) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante o registro civil de seus atos constitutivos, integrando a Administração Indireta dos entes federativos consorciados.
- (E) A associação pública adquire personalidade jurídica mediante a aprovação dos respectivos estatutos administrativos, integrando a Administração Indireta dos entes federativos consorciados.

Questão 49

Durante auditoria realizada em uma autarquia estadual, constatou-se que determinado servidor público, responsável pela análise de procedimentos administrativos, praticou ato irregular que ocasionou prejuízo efetivo ao erário. A investigação demonstrou que o agente atuou com negligência grave no cumprimento de suas atribuições, mas não identificou intenção consciente de alcançar o resultado ilícito. O órgão de controle recomendou a apuração das responsabilidades cabíveis, inclusive quanto à eventual configuração de improbidade administrativa.

Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A configuração de improbidade administrativa exige conduta irregular tipificada em lei, sendo suficiente a demonstração de prejuízo efetivo, ainda que inexistia intenção de produzir o resultado.
- (B) A configuração de improbidade administrativa admite conduta culposa qualificada, sendo suficiente a demonstração de culpa grave, desde que exista prejuízo patrimonial efetivo.

- (C) A configuração de improbidade administrativa exige conduta voluntária tipificada em lei, sendo suficiente a demonstração de negligência grave, ainda que inexistia intenção de produzir o resultado.
- (D) A configuração de improbidade administrativa exige conduta dolosa tipificada em lei, não sendo suficiente a demonstração de culpa grave, ainda que exista prejuízo patrimonial efetivo.
- (E) A configuração de improbidade administrativa admite conduta culposa qualificada, sendo suficiente a demonstração de negligência grave, desde que exista prejuízo patrimonial efetivo.

Questão 50

Determinada concessionária de serviço público de transporte coletivo passou a descumprir reiteradamente obrigações contratuais relacionadas à manutenção da frota e à regularidade das operações. Após a identificação das irregularidades, o poder concedente instaurou processo administrativo específico, assegurando à concessionária o contraditório e a ampla defesa. Concluída a apuração, constatou-se o inadimplemento contratual e a presença dos pressupostos legais para a extinção da concessão por iniciativa do poder concedente.

Considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A encampação corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.
- (B) A rescisão corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.
- (C) A reversão corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.
- (D) A anulação corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.
- (E) A caducidade corresponde à extinção da concessão por inadimplemento contratual da concessionária, mediante processo administrativo e declaração do poder concedente, observadas as exigências legais.

rascunho não destacar